Em Homenagem a um Civilista (*)

ALBERTO DEODATO

È compreensível que todos se sintam homenageados. O cidadão que se destaca enaltece a comunidade: envaidece a família, renoma a cidade, exalta a Pátria. A todos parece que a distinção é, também, para êles. Até a própria terra, na sua natureza física, compactua da fama do filho ilustre. E isso porque foi a paisagem nativa que lhe deu moldura ao berço, lhe plasmou a infância, lhe marcou a juventude, lhe assinalou a maturidade.

È, por essas considerações, que estamos aqui, gente de Minas Gerais, moradores de Belo Horizonte, universitários de Direito e o Diretor da sua Faculdade. Formamos, assim, a comunidade em que Cáo Mário nasceu, viveu e plasmou a sua inteligência, o seu caráter e a sua cultura. Somos, também, os homenageados desta noite.

Quanto a mim vos confesso, doutores do Instituto, que a noite de hoje é o ponto alto da minha vida emocional universitária. È uma recordação. È uma evocação. Foi aqui, no casarão da rua do Catete, em 1919, que recebí, das mãos de Afonso Celso, o diploma que, mercê de Deus, não deslustrei. Èramos algumas dezenas que rumamos por todos os recantos do Brasil. A maioria não voltará mais nunca. Muitos dos que voltaram e que daqui não saíram, estou os vendo perto de mim, ilustrando as letras jurídicas no vosso sodalício, honrando a

(*) Discurso pronunciado em 30-8-1962, no Instituto dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, de saudação ao Prof. Caio Mário da Silva Pereira.

magistratura nacional, doutrinando nas cátedras, servindo ao País na política. Sinto-lhes, neste momento, o calor do afeto, e evoco o alvoroço da juventude na recomposição da fisionomia, nos cabelos pretos, no riso cascalhante, nas noites boemias do Lamas. Amávamos, então, intensamente, a juventude. Não tínhamos nada: a nossa Escola, apenas. Pobre de prédio, minguada de carteiras, modesta de biblioteca. Nem restaurantes. Nem subvenções. Nem custosos passeios à Europa. Nem congressos nacionais, na Quitandinha, ou internacionais, em Praga. Tínhamos o sacrifício da poupança da remuneração do trabalho ou da mesada curta para o pagamento da Escola. Na Lapa, a mesa e o catre de quarto operário. As nossas decisões universitárias eram ali mesmo, entre dois copos de chôpe, na mesa do bar ou nos bancos aconchegantes do Flamengo e do Passeio Público. Tínhamos só isso? E para que mais? Que maior mundo que a mocidade tranqüila, na algazarra da juventude, com a vaidade do cartão de acadêmicos e o orgulho da nossa Academia!

É uma evocação: e, na nossa saudade, se exalta a lembrança daqueles que nos deram, por tão baixos proventos materiais, o ouro de sua sabedoria. Sinto, neste momento, passar a ronda silenciosa: Alfredo Bernardes, Fernando e Cândido Mendes, Souza Bandeira, Pinto da Rocha, Sá Viana, Lima Drumond, Carvalho Mourão, Inglez de Souza, Rodrigo Otávio, Afonso Celso, Alfredo Pinto, Cícero Peregrino. Quem mais? A ronda demoraria a passar. Nós ainda os vemos, todos os dias, mestres de tôdas as horas, de letras jurídicas e morais, no nosso afeto, no nosso respeito e na nossa gratidão. Vivem, na mesma Congregação em que, então, se reuniam, a que não comparecia um terço de estudantes, mas cujas resoluções traçaram os acertados rumos da vida do Direito na Pátria.

Essa noite de hoje é, também, uma exaltação à minha Minas Gerais, aonde não nasci, mas que deu o sol que iluminou o berço dos meus filhos e o pão que alimenta o corpo e a inteligência. É a quarta vez que trazeis um nome daquelas amoráveis montanhas, para o vosso galardão. Já o fizestes com Orozimbo Nonato, com Nelson Hungria e com Haroldo Valadão.

O galardão é, também, à Faculdade de Direito de Minas Gerais, cuja direção constitui, para mim, o maior prêmio da vida. Os mineiros me deram demais. Todos os seus postos eletivos: na Câmara, na Assembléia e no Congresso Nacional. E sem paga de serviços, a direção do seu grande patrimônio jurídico e moral, a matriz dos grandes homens da República.

Vós o sabeis, vós o reconhecestes. Os quatro mineiros a que concedestes a laurea de hoje plasmaram-se na velha Faculdade, e se Haroldo, mineiro, não foi de lá, seu pai, Alfredo Valadão foi seu catedrático. Não sei se ignorais que Carlos Maximiliano, do Rio Grande do Sul, vosso galardoado, também formou-se ali. Tive a honra de receber, há pouco tempo, das mãos do seu filho, meu fraternal colega de turma, Fernando Maximiliano, que honra o Tribunal de Justiça da Guanabara, os originais completos do monumento escrito por seu pai «Os Comentários à Constituição Brasileira». É nosso. É a póstuma gratidão do filho ilustre à Escola em que se formou.

E porque vos disse que a Faculdade de Direito da Universidade de Minas é a matriz dos homens que ilustram a República?

Na verdade, meus senhores, nestes decênios da vida republicana, vós encontrais sempre um catedrático da Faculdade de Minas liderando os movimentos políticos e intelectuais da Nação. Vieram das suas cátedras o Conselheiro Afonso Pena, para a Presidência da República, três Vice-presidentes, dez presidentes de Estado, nove ministros, quatro embaixadores, quatorze senadores, vinte e oito deputados federais, trinta e três deputados estaduais, vinte e cinco secretários de Estado. Foi das suas cátedras que saíram para a nossa Côte Suprema: Adolfo Olinto, Heitor de Souza, João Luiz Alves, Artur Ribeiro, Edmundo Lins, Orozimbo Nonato e Vilas Boas. E na literatura patricia culminam Raimundo Corrêa, o poeta inesquecível, Augusto de Lima e Afonso Pena Junior, cujos anos não amorteceram a graça do estilo e ainda compõe a imortalidade da Academia Brasileira de Letras.

Se ilustres são tôdas as cátedras, que dizer da de Direito Civil? Sabeis a quem o nosso homenageado de hoje substitue? A João Luiz Alves, o grande comentador do nosso Código; a

Tito Fulgêncio quem, na opinião de Cunha Gonçalves, mais sabia Direito Civil em Portugal e no Brasil; a Edmundo Lins, a Afonso Pena Júnior, a Orozimbo Nonato.

Cáio Mário não carrega, apenas, a responsabilidade dos antecessores da cátedra. Mas a da tradição civilista de Minas, exponenciada nesse imortal Lafaiete Rodrigues Pereira, cuja simplicidade de estilo fazia a delícia da lua de mel dos acadêmicos com o Direito Civil.

Vêde, pois, a responsabilidade do catedrático. Honrar essas tradições e ensinar num mundo de tão fundas transformações políticas e sociais. Passamos da lenta evolução de centenas de séculos à fulminante revolução de algumas dezenas de anos. Basta um leve toque no dial do rádio para ouvirmos as vozes do mundo. Uma volta com o polegar e duzentos milhões de criaturas estão vendo, pelo Telstar, no mesmo minuto, tôdas as paisagens da terra. Toma-se o café matutino num bar de Paris e janta-se, à noite, num restaurante de Copacabana. Passaremos, em breve, o **weekend** na Lua. Algumas grammas de urânio impulsionarão automóveis, usinas, aviões, e a terra, tôda iluminada, irá andando, rodando, correndo, zunindo, girando e silvando.

O Direito Civil será o disciplinador das relações do homem nôvo nese mundo nôvo. Envelheceu, vertiginosamente, o nosso velho Código de 1916, com a sua garantia plena da propriedade, a liberdade absoluta de contratar, a defesa intransigente do capitalista, no mútuo, sem teto, do locador, na locação de cousas e serviços. Já lhe tiraram tudo. Está magro e quase ôco. Enquanto a Constituição, tão magra em 1891, engordou com os novos postulados dos Direitos Sociais.

Costumo dizer que a Sociedade moderna, nas suas relações de Direito Privado e Público, tem, neste século, seu símbolo no arranha-céu, com apartamentos de moradias e de escritórios. Compete ao jurista contemporâneo, nos dois ramos do Direito, resolver as relações novas que apresentam essa comunidade. É a êle que vai caber a tarefa da disciplina jurídica dêsse mundo coletivo, entre os seus componentes e entre a comunidade e as pessoas jurídicas de Direito Público. Aí estão os

problemas novos do condomínio horizontal e vertical, dos direitos de vizinhança e servidão, dos dispositivos de compra e venda, dos contratos de locação e administração de bens, da revolução na locação de serviços. Ao lado disso, os imprevistos dos serviços públicos, das tormentosas equações de impostos e taxas, numa nova Ciência das Finanças Públicas.

Ê, como vêdes, um mundo nôvo no Direito Privado, uma revolução no Direito Administrativo e Constitucional. E todos os que, como eu, formaram o espírito sob os imperativos do Liberalismo, verão que da nossa liberdade sobrou muito pouco. Alienamo-la ao Estado Democrático contemporâneo, na moradia, na emprêsa, na prestação dos serviços, em tôdas as relações de vida, e, até, na própria morte. A vontade do locador e do locatário exercita-se sob vigilância da Lei, que congelou o preço da locação e que obriga o locatário aos deveres impostos pelo regulamento do Edifício. Restringe-se o direito de propriedade na renovação da locação de casa comercial, limitada pela valorização do ponto e o fundo de negócio. O tempo e o preço da locação de serviços não dependem dos contratantes, mas dos imperativos da Lei. Não funciona a minha vontade de comprador ou vendedor de gêneros tabelados. E queira ou não queira, sofrerei desconto para minha aposentadoria ou meu seguro. Foi-se o direito de locomoção, de sair da minha pátria e do estrangeiro entrar nela. Exige o Estado Moderno, para dêle sair ou nêle entrar, nessa contradição com tantos e tão rápidos meios de comunicação, além do passaporte, vacina, quitação de renda, atestado de ideologia e porcentagens de estrangeiros entrantes.

Ao professor de Direito caberá a grande tarefa de restabelecer o equilíbrio. O que me arreceia é a troca de fetichismos: o do indivíduo pelo da sociedade e que o amor à novidade faça esquecer que nada se deve sobrepor ao homem, senão como indivíduo, mas como pessoa humana. Não criou êle o Estado para esmagá-lo, mas para o servir, não aos privilegiados, mas todos os que o compõem, numa harmonia de oportunidades iguais.

Cáio Mário é o professor de Direito nesse mundo nôvo. Já compreendeu a árdua missão na «A propriedade horizontal», «Instituições de Direito Civil», «Cláusula de Escala Móvel», e na «Lesão dos Contratos».

Será, na cátedra, corifeu da segunda etapa civilista de Minas Gerais, aproveitando os imorredouros alicerces do Passado para a construção do edifício nôvo.

A minha Faculdade se associa a essas homenagens consagradoras, pelos velhos e pelos moços, na minha pessoa. Aqui venho com mandato dêles, de docentes e discentes, e com outro mandato maior, o meu próprio, trazer o calor da minha ternura ao ginásiano que conheci trinta anos atrás, e o meu abraço comovido ao universitário, que foi meu aluno de Direito Internacional Público, meu amigo mais moço de tôdas as horas.

Neste momento, estou certo, a minha Faculdade, nas montanhas, está, também, de luzes acêsas em noite de festa.